

EDITORIAL

A Revista de Direito Brasileira chega a mais um número, no momento em que o vigor das instituições está sendo mais uma vez testado. O Direito tem muito a contribuir na solução dessa, e de qualquer outra crise, que passa pela redefinição da atuação do Estado em contextos de risco social. Para enriquecer este debate, a RDB preparou neste número, o 24º, um dossiê sobre *Políticas Públicas*, composto por quatro artigos. Em *Sobre o conceito de políticas públicas*, Josué Mastrodi e Fernanda Carolina de Araújo Ifanger analisam a diferença de concepções de políticas públicas nos estados liberal e de bem-estar social para demonstrar a limitação de seu uso como mecanismo de promoção de direitos universalizados; em *Financiamento de Políticas Públicas Educacionais e Fundos de Participação por Desempenho*, Caio Gama Mascarenhas e Lídia Maria Ribas analisam a relação entre eficiência de gastos e equidade do ensino; em *Políticas Públicas, Entropia e Judicialização da Saúde para a Obtenção de Medicamentos Oncológicos*, Martín Haeberlin, John de Lima Fraga Jr. e Sandra Regina Martini, utilizam o conceito de entropia para demonstrar como o recurso à judicialização da saúde indicam tomadas de decisão inadequadas pelo poder público; finalmente, e de maneira complementar, Urá Lobato Martins, no artigo *Judicialização do Direito à Saúde*, apresenta critérios para legitimação de decisões judiciais que obriguem o Estado a fornecer medicamentos não contemplados pelo SUS. Todos representam contribuições originais que problematizam o conceito de políticas públicas e analisam seu papel no Estado de Direito.

Em sua parte geral, dedicada ao tema da *Jurisdição Constitucional*, este número da RDB conta com 22 artigos. No artigo *Compaixão, Justiça e Direitos Humanos*, Marcos Andrea Bühring e Giovani Orso Borile pensam a teoria das capacidades a partir do dever de cuidado na obra de Martha Nussbaum; no artigo *Estabilización de las Expectativas en el Sistema del Derecho y de la Política en México*, Raúl Zamorano Farías analisa, a convite da RDB, a relação entre os sistemas do Direito e da Política no México a partir da Teoria do Sistemas; ainda no marco conceitual da teoria de Niklas Luhmann, Magno Federici Gomes e Leandro Queiroz Gonçalves estudam o fenômeno da corrupção sistêmica em *As Relações entre os Subsistemas do Direito e da Política*; Camila de Freitas Macedo, no artigo *Tempos da História no Direito e a Alteridade Indígena como Bisagra*, investiga o direito ao futuro dos povos indígenas a partir da categoria jurídica de *ocupação tradicional* para problematizar o próprio conceito constitucional de pluralismo; no artigo *Considerações Jurídicas e Psicológicas acerca do Cyberbullying*, Marco Antônio Marques da Silva e Evani Zambon Marques da Silva estudam, de um ponto de vista transdisciplinar, estratégias para se coibir ofensas à dignidade humana na Internet.

No artigo *A Autonomia Decisória e o Direito à Autodeterminação Corporal em Decisões Pessoais*, Riva Sobrado de Freitas, Orides Mezzaroba e Daniela Zilio investigam a relação entre autonomia decisória e a dignidade pessoal do indivíduo; em *Função Social das Empresas nas Relações de Trabalho e o Trabalho Decente*; Antônio Leonardo Amoril e Ynes da Silva Félix estudam a importância da categoria da função social nas relações de trabalho a partir do plano de desenvolvimento da Organização Internacional do Trabalho; em *Aborto Consentido*, João Paulo Forni e Rafael Schwez Kurkowski analisam a tutela do direito ao aborto pelo Supremo Tribunal Federal no exercício de sua função de proteção da dignidade humana, de modo contra majoritário.

Três artigos se dedicam ao tema do *Direito Notarial*: a convite da RDB, Maria Eugenia Marano, em *Los Registros Públicos de Beneficiarios Finales en Argentina* investiga o valor da informação prestada pelos reais beneficiários finais no Direito Argentino; também a convite da revista, Mônica Jardim, no artigo *De Novo, o Sistema Registral Austríaco*, apresenta uma síntese

das peculiaridades do sistema adotado na Áustria; em *Regulação e Concorrência na Seara Notarial*, Rogério Mollica e Olavo Figueiredo Júnior se dedicam ao tema da concorrência entre tabeliões de notas.

No artigo *A Efetividade de Direitos Fundamentais Trabalhistas Delimitando a Forma de Pagamento no Trabalho Intermitente*, Carla Teresa Martins Romar e Leandro Cioffi investigam a aplicabilidade da Reforma Trabalhista no trabalho intermitente; Gabriella de Assis Wanderley e Ana Virginia Moreira Gomes, em *Contribuições Sindicais obrigatórias para Trabalhadores Não Associados ao Sindicato São Contrárias ao Princípio da Liberdade Sindical?*, defendem a constitucionalidade de tal contribuição.

Maria Helena Diniz, no artigo *Eficácia Constitucional*, demonstra que o problema da eficácia constitucional é um pseudoproblema, quando analisado a partir da pragmática linguística; Gisela Aguiar Wanderley, em *A Quarta Emenda e o Controle Judicial da Atividade Policial*, estuda a evolução do controle judicial da busca e apreensão e da abordagem e revista pela Suprema Corte Americana como uma contribuição para o debate nos tribunais brasileiros; William Bispo de Melo e Maria Creusa de Araújo Borges investigam o papel da agroecologia e de seu ensino na crítica ao paradigma antropocêntrico dominante em *Ensino de Agroecologia e Educação Ambiental*; no artigo *Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Garantia de Emprego no Brasil*, Edilton Meireles de Oliveira Santos analisa o conflito entre os tribunais brasileiros e a Corte Interamericana, para afirmar a obrigatoriedade das decisões desse órgão; Anna Silvia Bruno, a convite da RDB, contribuiu com o artigo *La Dimensione Urbana alla Prova della Coesione Economica, Sociale e Territoriale nelle Politiche dell'Unione Europea*, em que estuda a necessidade de se repensar a Europa a partir da função estratégica das cidades; também a convite da revista, Mónica Pucci Rey escreveu o artigo *Aproximación a uma Teoría General del Derecho Jurisdiccional y sus Principios Generales*, que demonstra a conexão entre os princípios gerais do processo, em matéria cível e penal, e a Declaração Universal de Direitos Humanos; Hermes Zaneti Júnior estuda a incorporação do *aggregate litigation model of adjudication* pelo Direito Processual como meio de lidar com o aumento numérico de processos no Brasil em *Aggregate Litigation Cases in Brazil*.

O artigo *A (Des) Construção do Tipo Penal Previsto no Artigo 89 da Lei N. 8.666/93 pela Jurisprudência*, de Jean Colbert Dias e Fernando Gustavo Knoerr, investiga a construção e a desconstrução do tipo penal pela jurisprudência, a partir de um exemplo da Lei de Licitações; finalmente, Dirceu Pereira Siqueira e Sabrina Medina Andreoli encerram este número com o artigo *A Dignidade da Pessoa Humana e a Mulher no Cárcere Brasileiro*, retratando as violações dos direitos de mulheres presas e a questão da maternidade no cárcere, a partir do princípio da dignidade da pessoa humana como valor fundante de do sistema brasileiro.

Esperamos que os artigos selecionados para este número contribuam para novas reflexões acadêmicas e para o aprofundamento dos debates.

Finalmente, gostaria de agradecer ao professor Dr. Vladmir Silveira e a Aline Jerônimo de Almeida pela inestimável assessoria e por sua expertise na editoração do presente número.

Boa leitura!

Marcelo Campos Galuppo

Editor-chefe